Quarta-Feira, 25 de Novembro de 2026

Após escândalo, Fávaro diz que Brasil não precisa mais de leilão de arroz

Arroz superfaturado

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse nesta quarta-feira (3) que o Brasil não deve, por enquanto, realizar novos leilões para importar arroz. A declaração foi dada em entrevista ao Em Ponto, na Globonews.

Ao longo do mês de maio, quando o Rio Grande do Sul foi devastado por enchentes, o governo federal anunciou que faria leilões para comprar arroz de outros países, já que o estado responde por 70% da produção. Na época, o RS já tinha colhido 80% da produção e associações afirmavam que não havia necessidade de trazer o produto de fora.

Mesmo assim, o governo seguiu com a decisão de importar, mas teve suas duas tentativas frustradas. Os dois leilões anunciados foram suspensos, sendo que o último, no dia 6 junho, foi anulado pelo governo federal após indícios de incapacidade técnica e financeira de algumas empresas vencedoras.

“Tivemos problemas, é fato, nós cancelamos esses leilões. Mas o fato real é que, com a sinalização de disponibilidade do governo de comprar arroz importado e abastecer o mercado brasileiro, além da volta da normalidade em estradas, os preços do arroz já cederam e voltamos aos preços normais”, disse.

“Já temos arroz, em algumas regiões do país, a R$ 19, R$20, R$ 23 e R$ 25, o pacote de cinco quilos, o que está dentro da normalidade. Então, me parece que é mais plausível nesse momento a gente monitorar o mercado, não havendo especulação, na minha avaliação não se faz necessário novos leilões”, acrescentou.

Segundo o ministro, o governo tem edital pronto e fará reunião com a Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) e representantes da indústria nesta quarta.

“Vamos buscar alguns compromissos com eles, de estabilidade de preço, de logística e frete. Eles mesmos podem nos dizer um momento, se for necessária, alguma intervenção do governo. Por ora é mais prudente, já que os preços cederam, que a gente tome outras atitudes de estímulo à produção. Não se faz necessário novos leilões de importação”, completou.